

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM SANTA MARIA, BRASIL

João Francisco Magno Ribas

Universidade Federal de Santa Maria

[ribasjfm@hotmail.com](mailto:ribasjfm@hotmail.com)

Matheus Francisco Saldanha Filho

Universidade Federal de Santa Maria

[matheussantamaria@hotmail.com](mailto:matheussantamaria@hotmail.com)

Natália de Borba Nunes

Universidade Federal de Santa Maria

[natalianunes96@gmail.com](mailto:natalianunes96@gmail.com)

Vivianne Costa Koltermann

Universidade Federal de Santa Maria

[vivianne.koltermann@hotmail.com](mailto:vivianne.koltermann@hotmail.com)

**RESUMO:** O município de Santa Maria está situada no centro do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) e conta com uma população de quase 300 mil habitantes. Somente em 2002 é criada a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL). De lá para cá foram quatro (4) gestões que, de forma específica, tiveram que propor e avaliar as políticas públicas, sendo duas vinculadas ao partido do trabalhadores e uma vinculada ao PMDB. O problema central deste estudo visa responder a seguinte questão: Quais as características das Políticas Públicas de Esporte e Lazer nas gestões 2009-2016 no Município de Santa Maria, RS, Brasil, de acordo com os professores de Educação Física que atuaram Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL)? Com base na produção científica da área, desenvolvemos parâmetros conceituais de políticas públicas de esporte e lazer tendo como base perspectivas críticas. Em um segundo momento, caracterizamos o plano de governo, forma de aplicação dos recursos e a execução das políticas públicas de Esporte e Lazer do município de Santa Maria, no período 2009-2016, a partir da visão dos professores que atuaram neste período. Os resultados evidenciam o distanciamento entre gestores e professores de Educação Física, sendo esses últimos os responsáveis pela gestão.

**Palavras-chave: Política pública; esporte e lazer.**

## **INTRODUÇÃO**

O município de Santa Maria, em maio de 2017 comemorou 157 anos de emancipação político-administrativo, situada no centro do Estado, conta com uma população de quase 300 mil habitantes, segundo estimativas do [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística](#) (IBGE) em 2015, é considerada uma [cidade média](#) e de grande influência na região central do estado. É a 5ª cidade mais populosa do Rio Grande do Sul e, isoladamente, a maior de sua [região](#).

Em 2002, é criada a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL), com a missão de formular políticas públicas, fomentar e apoiar projetos e ações que incorporem atividades físicas, esporte e lazer aos hábitos de vida saudável da população, torna-se fundamental organizar ações para garantir o desenvolvimento do setor a médio e a longo prazo, a partir de um planejamento estratégico que logre a garantia desse direito.

As políticas públicas de esporte e lazer no município de Santa Maria têm sido objeto de vários estudos de pesquisadores do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria desde 2004. Estes estudos, em linhas gerais, apontam para um contexto de muitas dificuldades para o município (e região de Santa Maria) em relação aos espaços públicos, recursos e políticas públicas de esporte e lazer (Marin E Ribas, 2010; Trauer E Saldanha Filho, 2008; Brust, Baggio, Saldanha Filho, 2006; Possebon, Ceretta E Santos, 2011). Entretanto, nenhum dos estudos buscou avaliar a política pública de esporte e lazer para o município. Mas, o que estamos entendendo por Política Pública?

O termo política se expandiu a partir da influência do pensador grego Aristóteles através de sua obra intitulada “Política”, considerada como o primeiro marco que trata de dialogar sobre as funções e divisões do Estado, como também sobre as formas de governo. Esta obra também foi utilizada durante séculos para designar estudos que se referiam as coisas do Estado (Carnoy, 1990).

Em relação ao Estado, através da evolução da economia e as divisões de funções no decorrer do século XX, o Estado passa a ter que solucionar

problemas e a atender a demandas sociais, promovendo o desenvolvimento nacional (Carnoy, 1990). Nesse sentido, o Estado passa a ter que garantir direitos e se responsabilizar para que deveres sejam cumpridos. Assim, a conquista dos direitos pelos cidadãos impôs que o Estado pensasse novos conteúdos para sua agenda pública (Linhaes, 1998). Portanto, podemos dizer que os escolhidos para administrar o Estado é quem elabora as políticas públicas para os diversos setores, e estes, por sua vez, de acordo com a mesma autora, "interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos" (p. 73).

No Brasil, o Estado possui poderes que são fundamentados por 18 instâncias, estruturadas nos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O poder Executivo administra a gestão pública, o Legislativo faz as leis, e o Judiciário aplica essas leis, controlando e regularizando o mercado. Assim, através destes três poderes, podemos dar o nome de políticas públicas, que conforme Gomes (2004) -

[...] emitindo a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. A princípio, entendeu-se que esta ação se dava prioritariamente direcionada as classes menos favorecidas da sociedade, contudo, a partir da forma intervencionista assumida pelo Estado, foi possível interpretá-las como políticas pensadas para atingir todas as camadas sociais.(Gomes, 2004, p. 183).

No âmbito acadêmico existe um relevante debate de conceitos e definições acerca do tema políticas públicas. A partir disso, é possível interpretá-la: como uma ciência; a partir de sua finalidade e considerando os elementos "sociedade" e "governo". Contudo, salienta-se que o propósito e cumprimento de uma política pública envolverá, majoritariamente, a classe estatal e a classe civil (Gomes, 2004).

Secchi (2016), define como essência das políticas públicas o problema público. Sua existência se dá a fim de intervir em uma dada realidade, para efetivar os

direitos de determinado sujeitos. Outra abordagem esclarecedora define o termo enquanto "um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos" (Lynn citado por Souza, 2006, p.24). Além disso, é importante ressaltar que políticas públicas são um conjunto de decisões e não uma decisão isolada. A intenção principal é promover a igualdade nos diferentes segmentos sociais, considerando seu contexto e analisando suas particularidades: crianças, jovens, adultos, idosos, negros, pessoas com necessidades especiais, quilombolas, índios, entre outros. É, portanto, resultado de um compromisso público protagonizado entre o Estado e a sociedade.

O Instituto Pólis é uma Organização não Governamental de âmbito nacional e internacional, que atua na construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. O boletim da série Repente, Nº 26 (dez/2006), aborda o tema "*O que é Política Pública Como Garantia de Direitos*" com a finalidade de explicar o que são políticas públicas, sua importância, as fases pelas quais se desenvolvem e desafios para que elas garantam os direitos e reduzam as desigualdades. Apresenta as fases de elaboração e execução de uma política pública, em cima da compreensão cíclica de criação, efetivação e transformação.

Em relação às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, desde 1988 através da criação da Constituição Federal, esta foi incluída como um direito do cidadão e dever do estado, tornando-se, assim, constitucional. Apesar disto, o processo no qual foi implementado as políticas públicas apresentou alguns entraves no contexto social do Brasil, que, conforme Gomes (2004, p.184)

[...] o que ocorre é que as demandas por políticas públicas de lazer, em geral, estão sempre em último lugar, quando aparecem. Além disso, com a abertura política, houve uma onda de denúncias contra o modelo de Estado. Os "novos" políticos culpavam os direcionamentos dados as ações do 19 Estado, durante os períodos anteriores, pela sua falência e apresentaram como alternativa a adoção do modelo neoliberal.

A política pública de esporte e lazer no Brasil, nos últimos anos, vem cada vez mais ganhando espaços em todas as esferas, principalmente a partir dos megaeventos esportivos em que o Brasil organizou, tais como os Jogos

Mundiais Militares em 2011, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos em 2016.

O município de Porto Alegre(RS) tem sido referência em investigações e práticas inovadoras de políticas públicas de esporte e lazer. Amaral (2003) buscou compreender as políticas públicas de lazer e participação no município em Porto Alegre. A autora mostra que os avanços são perceptíveis, portanto, mostra, em linhas gerais, três aspectos que ainda devem ser superados: 1) O conceito de lazer com o qual a SME trabalha é limitado, aproximando-se de uma concepção de controle do tempo social e não condiz com as perspectivas mais gerais, anunciadas pela Frente Popular; 2) o processo de cogestão comunitária proposto pela secretaria nem sempre se alinha com o discurso adotado; 3) as ações Inter setoriais observadas ainda são poucas e precárias.

Em outro estudo realizado no município de Porto Alegre, Rodrigues (2011) tratou de identificar e analisar a inclusão do Lazer enquanto área da política pública de Porto Alegre, no período de 1994 a 2004, buscando compreender suas diretrizes, objetivos, pressupostos e projetos implementados. Os dados aponta para a especificidade das Políticas Públicas de Lazer, nos itens institucionalidade, objetivo principal, prioridade, enfoque, lógica da tomada de decisões e financiamento, onde o Orçamento Participativo teve papel importante, revelando-se o principal marco das discussões.

O município de Santa Maria surge como um dos municípios da região central que apresenta um setor específico responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer desde 2002. De lá para cá foram quatro(4) gestões que, de forma específica, tiveram que propor e avaliar as políticas públicas, sendo duas vinculadas ao partido do trabalhadores e uma vinculada ao PMDB. O problema central deste estudo visa responder a seguinte questão: Quais as características das Políticas Públicas de Esporte e Lazer nas gestões 2009-2016 no Município de Santa Maria, RS, Brasil, de acordo com os professores de Educação Física que atuaram Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL)? Considerando o problema de estudo e tendo como fonte de pesquisa a visão dos professores de Educação Física que atuaram nestas duas gestões, estabelecemos os seguintes objetivos para esta pesquisa: Com base na produção científica da área, desenvolver parâmetros conceituais de

políticas públicas de esporte e lazer tendo como base perspectivas críticas; Caracterizar o plano de governo e a execução das políticas públicas de Esporte e Lazer do município de Santa Maria, no período 2009-2016; Analisar a forma de aplicação dos recursos financeiros em cada gestão e sua relação com o plano de governo; Analisar as características metodológicas e de conteúdos no desenvolvimento da política pública de esporte e lazer.

## **METODOLOGIA**

“Investigação vem do verbo latim Vestígio, que significa “seguir as pistas”. Investigar equivale então a buscar “algo” a partir dos vestígios. Como a investigação constitui um processo metodológico, é importante destacar que o método é o modo ou caminho de chegar ao objeto e não o contrário, como se tem pensado muitas vezes, dado o êxito de certos métodos em certos campos, chegando a desnaturalizar o objeto (Sánchez Gamboa, 2010, p.23)”.

A teoria do conhecimento se caracteriza pelos processos que constituem os elementos epistemológicos e pela sua relação com a realidade, ou seja, a pesquisa precisa partir de uma realidade concreta, afinal “[...] Sem esse caminho que se origina no mundo concreto da necessidade se esvazia qualquer processo de pesquisa” (Sanchez Gamboa, 2011, p. 87). Neste momento iremos apresentar os caminhos que iremos percorrer para responder a questão central deste estudo. Iremos lançar mão do aporte teórico e metodológico que justificará a escolha do método, procedimentos, técnicas e análise pretendida das políticas públicas de esporte e lazer no município de Santa Maria.

Neste estudo, analisaremos as propostas, processo de implementação e resultados das políticas de esporte e lazer no município de Santa Maria, no período de 2009 – 2016, considerando as múltiplas determinações da realidade que constituíram este processo. O ponto de partida será a realidade concreta, passando para as abstrações (múltiplas determinações relativas as políticas de

esporte e lazer), retornando ao concreto pensado, com análises do contexto de estudo. Para Frigotto (2006) o materialismo histórico dialético não preza apenas pelo conhecimento crítico da realidade, mas sim, de forma mais ampliada, pela produção do conhecimento que altere e transforme a realidade numa postura histórico-social (Frigotto, 2006).

Sendo assim, o processo de construção do conhecimento nesta perspectiva parte da realidade do mundo concreto das necessidades humanas que são influenciadas pelas determinações históricas e sociais (Sanchez Gamboa, 2011). Nesta investigação traremos a tona os objetivos, métodos e resultados obtidos pelas gestões da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer no período de 2009- 2016. Estes aspectos serão analisados a partir dos parâmetros conceituais das políticas públicas de esporte e lazer que iremos constituir no decorrer da pesquisa, considerando as características de totalidade, historicidade e dialética do método.

A fonte de investigação deste estudo partiu dos documentos gerados pela Secretaria de Esporte e Lazer de Santa Maria, principalmente o plano de governo e o relatório anual e final de cada gestão. Para complementar esta análise documental, entrevistamos os professores de Educação Física responsáveis pelas intervenções.

O presente estudo foi analisado com base na pesquisa documental e nas entrevistas considerando o movimento teórico e metodológico tendo como pressuposto o materialismo histórico dialético. Para chegarmos as sínteses do estudo teremos como ponto de partida e de chegada “as propostas de políticas de esporte e lazer de Santa Maria no período de 2002-2016” onde estaremos chegando com o concreto pensado a partir das múltiplas determinações do estudo.

Analisaremos os dados tendo como base as categorias metodológicas e as categorias de conteúdo propostas por Kuenzer (2011). Para a autora a metodologia se define através das categorias metodológicas que seriam categorias responsáveis por definir a forma de investigação e as categorias de conteúdo que é característico de cada pesquisa em particular.

Neste estudo as categorias metodológicas são a totalidade, historicidade, mediação e contradição. Já as categorias de conteúdos serão as políticas

públicas de esporte e lazer para o município de Santa Maria considerando os pares dialéticos: objetivos/execução e Conteúdo/método.

O primeiro par dialético, objetivo/execução, estaremos investigando as propostas previstas em cada gestão e o que foi executado durante o governo, sendo que as propostas estarão mais evidenciadas nos planos de governo e as execuções serão identificadas nos relatórios parciais e finais, sendo analisado também a distribuição dos recursos financeiros.

Em relação ao conteúdo/método, nos dedicaremos a analisar a forma de execução (métodos/metodologia) das propostas de políticas públicas de esporte e lazer assim como, os conteúdos contemplados nas mesmas. Os elementos relativos aos conteúdos significa verificar que tipo de manifestação da cultura corporal se faz presente nas práticas e as formas de implementação das propostas, principalmente em relação aos aspectos democráticos e de participação de todos os segmentos sociais, evidenciando assim as formas metodológicas predominantes.

Nesta parte da pesquisa realizamos a primeira sistematização dessas questões considerando a visão dos professores de Educação Física que atuaram neste período. São sete professores no total. No entanto, como a pesquisa ainda está em andamento, até o momento realizou-se três entrevistas, sendo que dois professores se recusaram a colaborar com o estudo e, os outros dois professores serão entrevistados ainda no mês de setembro.

## **O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

O entendimento íntegro sobre políticas públicas requer compreensão prévia de dois conceitos fundamentais: política e Estado. Para tanto, é preciso considerar política como uma prática de ação humana e como ciência. Apesar da política como ação humana, Senne (2009) traz no capítulo do livro “Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa”, o termo “homem como animal político”, citando Aristóteles. Segundo definição do dicionário Michaelis, o conceito política transcende a concepção de ações partidárias e parte para habilidade de relação com outras pessoas, o homem enquanto cidadão está, portanto, inserido no meio político cotidianamente.



De acordo com a elaboração de Senne (2009), na Grécia antiga, esta organização política tinha função mediadora entre os diferentes grupos sociais existentes, na intenção de manter fortalecida a coesão entre os diferentes extremos (ricos e pobres) que habitavam a *polis*, na situação de exploração e cobiça de terras. O modelo grego acabou ganhando o nome "democracia" no Ocidente, e "surgiu para equacionar os conflitos surgidos pelos grupos humanos" (SENNE, 2009, pg 48), propondo através do diálogo o entendimento, interação e negociação entre os grupos sociais.

É comum o equívoco no que diz respeito à concepção de Estado, Pereira (1995) exemplifica esta imprecisão na relação inexata entre: Estado e governo; Estado e país/nação; Estado e regime político e Estado e sistema econômico. Detendo-se à primeira comparação, Höfling (2001, p. 31) nos traz:

Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Segundo Carnoy (1998), o Estado sempre esteve ligado ao sistema econômico capitalista e considerando este sistema como gerador de desequilíbrios de acumulação de capital e de materialização da desigualdade, e sendo provedor da luta entre as classes, as políticas públicas vêm, como dever estatal, no intuito de intervir na realidade social, garantindo a igualdade, de forma a modificar uma situação específica (exemplo: garantia de educação à população em geral).

Notam-se perspectivas das políticas públicas conjugarem um papel de regulador desses mesmos conflitos de classes (ou de outras naturezas), busca de legitimação e consenso das frações dominantes do bloco no poder e ser ao mesmo tempo respostas às pressões sistemáticas de movimentos sociais da

classe trabalhadora por ampliação da ação estatal na oferta dessas políticas. (Melo 2013, p. 3)

O trabalho desenvolvido pelo Instituto Pólis traz, além de uma concepção didática, a apresentação das fases de concretização das políticas públicas, sendo estas: o diagnóstico do problema que a proposta pretende abranger; a formulação de um plano para a ação da proposta; a definição de ações prioritárias; a implementação e a avaliação dos resultados. Ao longo destas cinco fases deve-se assegurar constante fiscalização e avaliação por meio de órgãos do governo e da população, garantindo que os direitos estejam sendo efetivados. Ainda, considerando que as ações fazem uso do dinheiro público, mais importante se torna o monitoramento das propostas. Apesar de ter fases bastante distintas e que se relacionam ao longo do desenvolvimento, de acordo com Teixeira (2006) a política pública "nem sempre é bem planejada, ou às vezes não chega a ser totalmente implementada ou avaliada. Isso ocorre porque há transições entre governos com prioridades diferentes ou mudança de prioridades dentro de um mesmo governo." (p.23)

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do município de Santa Maria RS, foi criada em 2001, durante a Gestão do governo da Frente Popular, onde priorizou as questões sociais, o modelo de gestão pública democrática e participativa, tomando decisões em espaços de debates públicos, como o Orçamento Participativo. A organização interna da Secretaria de Município de Esportes e Lazer é administrada através de quatro coordenadorias as quais trabalham interligadas, porém possuem atribuições específicas para melhor atender as demandas e a comunidade, nas várias dimensões que o esporte e o lazer se manifestam. Atualmente, as Coordenadorias sofrem algumas dificuldades para a implementação e manutenção de seus projetos pela falta de recursos humanos e orçamentários. Também não possuem ações estratégicas, com orientação por profissionais, agentes sociais, animadores culturais capacitados e qualificados para o desenvolvimento de atividades nos espaços físicos públicos nas 08 regiões administrativas e dos 41 bairros existentes no município de quase 300 mil habitantes.

No que tange ao plano de governo, o estudo mostrou que os professores desconheciam, pois estes documentos e reuniões para o planejamento era

somente realizado pelos gestores municipais. Este aspecto pode ser encontrado na fala do professor A, quando enfatiza:

“Olha, muitas coisas a gente ficou sem saber e nós não participamos das atividades, as vezes as atividades aconteciam e a gente as vezes nem ficava sabendo que as atividades estavam sendo realizadas, em outras nós participávamos, então acho que ficou que com umas nós tínhamos mais familiaridade nós participamos, outras a gente ficou um pouco de fora (professor A)”.

Ações mais específicas também eram planejadas, na maior parte das vezes, individualmente. Em alguns momentos, pela fala do professor B, o gestor da secretaria indicava.

De acordo com Teixeira (2006), além da participação social no acompanhamento e avaliação das ações – através de Conferências -, o Estado, em suas três instâncias de atuação (legislativo, executivo, judiciário), é o responsável por efetivar e fiscalizar estas políticas públicas, esta descentralização político-administrativa foi proposta pela Constituição de 1988. Reiterando que estas políticas são elaboradas, antes de mais nada, por pessoas que possuem interesses e valores distintos, além de diferentes formas de enxergar o mundo, são, portanto, “disputas entre atores distintos”. As avaliações das ações devem partir do princípio de que seus impactos devem abranger o maior número de atores possível, considerando suas necessidades e possíveis grupos particulares que demandam atenção, exemplo: gestantes, crianças de até um ano, idosos. De acordo com Höfling (2001, p. 38): "O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo".

O secretário pensava o evento e ele comunicava pra gente como ele ia realizar e a gente participava na assessoria. Sendo assim, os professores apenas executavam o planejamento que lhe era proposto, cumprindo com as decisões políticas já determinadas pela gestão. Ao perguntar a um dos professores se os objetivos e metas propostas para a Secretaria tornaram-se públicas ou foram

compartilhadas com a equipe de professores, o professor B deu a seguinte resposta:

Professor B: - Não. O secretário pensava o evento e ele comunicava pra gente como ele ia realizar e a gente participava na assessoria, ajuda.

Pesquisador: - Mas não era algo pensado em conjunto?

Professor B: - Não, a única coisa que era pensada mais em conjunto, mais eu e ele praticamente, o conjunto que eu falo é eu trocando algumas ideias com ele, era o JESMA, que eu tinha um controle direto. Os outros eventos não, os outros eventos eu apenas participava como auxílio.

Após todo o contexto apresentado, podemos perceber que os professores, em sua maioria, não tinham conhecimento sobre alguns aspectos relacionados aos recursos financeiros e aos planos de governo propostos nas gestões, pois apenas realizavam a execução das atividades já impostas pelos gestores. Em relação aos conteúdos, haviam muitos eventos e atividades propostas pelos professores, bem como a utilização da maioria dos espaços físicos públicos presentes na cidade. Os eventos eram propostos para todos os públicos, desde crianças através da colônia de férias, bem como as atividades realizadas no PELC (Programa de Esporte e Lazer da Cidade) para o público idoso.

Também havia o JESMA (Jogos Escolares de Santa Maria) e o JERGS (Jogos Escolares do Rio Grande do Sul) em que os alunos das escolas da cidade participam de jogos de diversas modalidades nas dependências do Centro Desportivo Municipal e nos ginásios e pista de atletismo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria.

Na aplicação dos recursos financeiros, todos os professores entrevistados não sabiam como era realizada a aplicação desses recursos pois não tinham o conhecimento sobre os recursos, sua aplicação e para onde cada um era destinado. Assim, não havia um debate entre gestores e professores, sendo apenas o conhecimento por parte dos gestores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa ainda encontra-se em fase de execução. Falta-nos agregar ainda a visão dos gestores que atuaram neste período, bem como, analisar uma série de documentos da prefeitura que objetivemos acessos referentes ao processo de planejamento e aplicação dos recursos financeiros. Com isso, ao final do estudo, pretende-se analisar todos os aspectos da gestão 2009-2016 de políticas públicas de esporte e lazer para o município de Santa Maria, RS, principalmente os aspectos do planejamento, financiamento, orçamento, recursos humanos, programas, projetos e eventos, intersetorialidade, infraestrutura e monitoramento.

Na perspectiva dos professores que atuaram neste período, os aspectos de planejamento e participação nos processos decisórios foram bastante deficitários. Basicamente constatou-se que os professores de Educação Física somente realizavam as atividades definidas pelo setor administrativo da gestão. Partindo de uma análise inicial do orçamento, observa-se que os recursos eram reaplicados para os eventos anualmente todos os anos. Estes professores disseram não ter participado de nenhum momento decisório de locação desses recursos, conseqüentemente, também não atuaram na distribuição do orçamento para os eventos.

Ficou evidente também a grande preocupação com a organização de eventos escolares, ação que consideramos relevante para o município, mas que indicou um trabalho individual, árduo e bastante complexo concentrado em um dos professores, tendo a colaboração dos demais docentes da secretaria. Entende-se que esta atividade é bastante complexa e intensa para estar centrado em apenas um professor. Ainda não foi possível verificar se existia colaboração de outras secretarias (intersectorialidade) especialmente, a Secretaria de Educação.

Enfim, ainda falta agregar um número significativo de dados para que possamos finalizar essa análise, procurando identificar as múltiplas determinações das políticas públicas de esporte e lazer no município de Santa Maria. Entretanto, constata-se que um dos segmentos mais importantes deste processo, os professores de Educação Física, não tiveram voz e atuação ativa nos processos decisórios e tão pouco, avaliativos nas políticas públicas no período de 2009-2016.

## REFERÊNCIAS

- Brust, Cristina Brust; Baggio, Isabel Cristina; Saldanha Filho, Matheus Francisco Saldanha (2006). Repensar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer: o caso de Santa Maria/RS. *Motrivivência*, Florianópolis, n. 27, p. 179-185, jan. 2006. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2271>>. Acesso em: 11 dez. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2271>.
- Carnoy, M. (1990) *Estado e Teoria Política*. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus.
- Cellard, A. (2010) A análise documental. In: Poupart, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. *Petropolis: Vozes*, p. 295-316.
- Frigotto, G.. (2006) *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In: Fazenda, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 10ªed., p.69-90.
- Gomes, C. L. (2004) *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- Linhaes, M. A. (1998) São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? *Motrivivência*, Florianópolis, n. 11, p.71-81, set.
- Possebon, M.; Ceretta, A.F.; Santos, H.S.(2008) Espaços públicos de esporte e lazer conhecidos e utilizados pelos jovens na cidade de Santa Maria, RS. In: XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2011. Porto Alegre,: *Anais Congresso Brasileiro Ciências do esporte*, 2008, v.1, p. 1-6. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2011/2011/paper/viewFile/3340/1481> . Acesso em: 02 dez. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2271>.
- Rodrigues, R. P. (2011) *O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões de 1994 a 2004*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.
- Rua, M. G.; Romanini, R. (2012) Para Aprender Políticas Públicas. Volume I: *Conceitos e Teorias*. Brasília: IGEPP.
- Sánchez Gamboa, S. A. (2010) O debate da pós-modernidade: as teorias do conhecimento em jogo. Filosofia e Educação (Online), *Revista Digital do Paideia*, v.2, n.2, Out. de 2010-Mar 2011. Disponível em:< <http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/rfe/article/view/2170/2039>>. Acesso em: 06 NOVEMBRO. 2016.

Secchi, L. (2016) *Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. São Paulo: Cengage.

Trauer, P.; Saldanha Filho, M.F. (2008) Mapa dos espaços públicos esportivos do município de Santa Maria: um estudo exploratório. In: IV Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte. *Anais Congresso Sulbrasileiro de Ciências do esporte*, 2008, v.1, p. 833-853. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2011/2011/paper/viewFile/3340/1481>> . Acesso em: 02 dez. 2016..